

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.364.270 - SP (2018/0239383-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : CR2 SAO PAULO 1 EMPREENDIMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : RICARDO DE AGUIAR FERONE - SP176805  
LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS - SP256452  
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES - SP317407  
MAITE CAMPOS DE MAGALHAES GOMES - SP350332  
LUIZ FELIPE LELIS COSTA - SP393509  
**AGRAVADO** : RENAN REIS FARINHA  
**AGRAVADO** : VANESSA DAYANE FAGUNDES  
**ADVOGADOS** : JULIO CESAR ALVES - SP207977  
MARCELO DE ANDRADE TAPAI - SP249859  
MAURICIO ARRABAL - SP309686  
GISELLE DE MELO BRAGA TAPAI E OUTRO(S) - SP135144

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 182/STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Nos termos do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, é inviável agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula n. 182/STJ.
2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.
3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou as provas dos autos para concluir pela ocorrência de danos morais, que ultrapassam o mero dissabor, decorrentes de longo atraso na entrega da unidade imobiliária. Alterar esse entendimento demandaria o reexame de provas, inviável em recurso especial.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

## ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator